

A MÃO DO MONGE: FRONTEIRAS, CONHECIMENTO E RE- PUTAÇÃO NA ATUAÇÃO DE FREI ES- TEVÃO DO LORETO (C.1720-1745)

THE MONK'S HAND: BORDERS, KNOWLEDGE AND
REPUTATION IN THE WORK OF FRIAR ESTEVÃO DO
LORETO (C. 1720-1745)

Jorge Victor de Araújo Souza *
Millena Souza Farias **

Correspondência

Instituto de História/UFRJ
Largo de São Francisco de Paula, 1 - Centro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. CEP: 20051-070.
E-mails: jvictoraraujos@gmail.com / millena.msfi@gmail.com

Resumo

Este artigo trata de alguns momentos da trajetória de um monge beneditino, Estevão do Loreto, que atuou como engenheiro e arquiteto no Brasil colonial. Analisando documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e também imagens do acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEX) foi possível perceber a relevância de um religioso agindo em obras e em traçados de fronteiras. Nas estratégias da governança, frei Estevão cunhou reputação com seu conhecimento. Nesse sentido, nossa análise apresenta como um religioso, ignorado pela historiografia, lança luz sobre importantes lógicas e estratégias de defesa dos governos à distância. Com suas tintas e papéis representou os olhos do reino.

Palavras-chave: fronteira; Beneditinos; engenharia.

Abstract

This following paper, leads the reader by some moments and trajectory of the benedictine monk, Estevão de Joassar, who has worked as an engineer and architect on Brazil colonial. Looking over the documents of the Arquivo Histórico Ultramarino (Lisbon/Portugal) and also images and maps of the Arquivo Histórico do Exército (AHEX) in Rio de Janeiro, it was possible to find the relevance of this religious man, who worked in urban constructions and in the making of the boundaries. At the government strategies, Estevão made a reputation with all his knowledge. In this way, our analysis, look for to demonstrate that actors which are sometimes ignored by the historiography, can launch new lights about logical and strategical defense strategies from the government at distance. With ink and papers they made the eyes of the reign.

Keywords: boundaries; Benedictines; engineer.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora Colaboradora em História da Ciência (PCI/MAST/MCTIC).

Os objetos visuais, os objetos investidos de um valor de figurabilidade, desenvolvem toda a sua eficácia em lançar pontes múltiplas entre ordens de realidades no entanto positivamente heterogêneas.¹

No dia 19 de março de 1746, Marcos José de Noronha e Brito, então governador de Pernambuco, escreveu a D. João V comunicando a morte de frei Estevão de Loreto, monge que sofria de achaques e diversos furos nas pernas e que era responsável pelas obras de fortificação da dita capitania.² Informou também que não era mais preciso enviar o acréscimo da pensão que o frei pedira três anos antes para sustento próprio e de mais um religioso e dois escravos que os acompanhavam.³ Poucos beneditinos na América portuguesa receberam menção na correspondência entre um governador e um rei. Nenhuma atuação de um religioso desta ordem ficou registrada em quantidade tão significativa nas comunicações ultramarinas. O motivo: o monge cunhou reputação com tintas e maços de papéis. Para os irmãos de hábito foi pintor habilidoso. Para o governo das capitanias foi considerado engenheiro e arquiteto. Dentro e fora dos claustros era sabido que tinha traço firme, preciso, e por isso foi reconhecido como exímio na arte de desenhar. Este artigo acompanha alguns riscos do religioso, homem do claustro considerado essencial às obras coloniais e ao traçado de fronteiras.

Defender, desenhar, medir

Para ser considerado um monge com “prática de engenheiro” era preciso dominar técnicas de desenho, manusear instrumentos de medição, conhecer terrenos e materiais da área de construção. A discussão sobre o ofício e a prática de engenharia e arquitetura no século XVIII foi, de certo modo, sistematizada no livro *O Engenheiro Portuguez*, (1728-1729) de Manuel de Azevedo Fortes.⁴ Esta obra foi descrita

¹ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem*. Questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 46.

² AHU-Pernambuco. Caixa 62, Doc. 5339. 19 de março de 1746. Carta do [governador da capitania de Pernambuco, conde dos Arcos] D. Marcos José de Noronha e Brito ao Rei [D. João V] informando o falecimento do frei Estevão Loreto, responsável pelas obras de fortificação da dita capitania, e que por este motivo torna-se desnecessário se informar o requerimento em que pedia acrescentamento de ordenado.

³ AHU-Pernambuco. Caixa 59, Doc. 5084. 8 de novembro de 1743. Requerimento do Frei Estevão do Loreto ao Rei [D. João V], pedindo acrescentamento de pensão para seu sustento mais o de um religioso e de dois negros que o servem, pelos serviços como engenheiro e arquiteto militar; assistente nas obras das fortificações da capitania de Pernambuco.

⁴ FORTES, Manuel de Azevedo, 1660-1749 *O engenheiro portuguez*: dividido em dous tratados. Tomo primeyro [-segundo]... obra moderna, e de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares / composta por Manoel de Azevedo Fortes, Academico da Academia Real da

e contextualizada em *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)* livro de Beatriz Bueno. A autora destaca o pioneirismo da metodologia proposta por Fortes em Portugal. O Engenheiro-mor do reino buscava a padronização de medidas e das técnicas de desenho. Do levantamento de campo ao desenho no gabinete, dos instrumentos (como o compasso e réguas) ao suporte (papel), dos procedimentos de medição aos modos de decoração do desenho final; todos estes detalhes e outros muitos do trabalho do engenheiro e arquiteto. Não podemos nos esquecer de que o trabalho de engenharia englobava também a arquitetura. A obra de Fortes preocupa-se principalmente com a prática de desenho, descrevendo os melhores métodos e técnicas para cada tipo de material e cada tipo de desenho. Obras públicas, como aquedutos, edifícios públicos e palácios.

É preciso lembrar que o desenho do engenheiro deveria atender a desígnios específicos de seu *métier*, pois praticava uma disciplina primariamente geométrica, voltada para a segurança e defesa do reino e suas conquistas. Na breve dedicatória de seu livro a D. João V, Azevedo Fortes revela alguns traços importantes da época em que publicou seu primeiro tomo:

Com justa razão busca este livro a Real proteção de V. Majestade, para poder sair a luz, pois logra a incomparável fortuna de dever o seu nascimento à suma grandeza, e Real generosidade com que V. Majestade se dignou mandar que se imprimisse, para instrução dos Engenheiros, e mais Officiais Militares, aos quais será conhecida-mente proveitosa a sua Doutrina; e como nela tomarão por guias os mais célebres autores, que até o presente teve o Mundo na Arte de Fortificar, e que mereceram a geral aprovação de toda a Europa, não só é digna, mas digníssima sua matéria de entrar no número das mais Artes, e Ciências [...] como porque esta Ciência em particular tem natural direito à proteção dos Reis.⁵

As técnicas aprendidas durante as disciplinas privilegiavam o raciocínio e o engenho, a observação e a criatividade do indivíduo em relação à conjuntura que lhe era apresentada. O desenho devia ser capaz de projetar o olhar sobre o real, aproximando o observador de elementos, discursos e, por vezes, narrativas. A discussão sobre as técnicas que serviam para instrumentalizar os engenheiros “praticantes” eram, sobretudo, aprendidas através de estudos de manuais de desenho, fortificação e engenharia.

A princípio, havia duas categorias de engenheiro, aquela de caráter militar, que privilegiava os ensinamentos de fortificação (defesa e ofensa do reino), com formação de engenheiros nas Academias Militares tanto do reino quanto da América

Historia Portugueza.... - Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. 2 v.

⁵ FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados ... obra moderna, e de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares*. 2 v. Lisboa: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio. 1728-1729. (Cota do exemplar digitalizado: sa-3905-p_2) v. 1, págs. iii, iii verso e iiij. Disponível em: <http://purl.pt/14547/3/>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

Portuguesa; e, aquela de caráter mais “urbano”, muitas vezes praticado por auxiliares e aprendizes, ou até mesmo homens letrados autodidatas. Ainda existiam também algumas aulas particulares das disciplinas, onde engenheiros, mestres de campo e mestres de obra ensinavam as atividades dos respectivos ofícios. Muitos dos monges e religiosos que possuíam a “prática de engenheiro” aprenderam o ofício fora das Academias do reino, em aulas dentro dos próprios mosteiros ou de forma autodidata através do estudo de tratados e publicações sobre o tema.

A prática de engenharia demandava que o traçado das fortificações e das obras públicas fosse realizado com esmero. A geometria prática permitia aos engenheiros realizar o esquadramento e mapeamento do território através do método de triangulação. Exigia-se dos alunos grande raciocínio e dedicação ao longo do processo de formação, tanto nas aulas régias quanto nas academias militares. Os livros de Azevedo Fortes seguiam uma linha francesa, muito inspirada nos projetos de arquitetura e fortificação, tanto no traçado dos desenhos, quanto na utilização de novos métodos e instrumentos para a mensuração do terreno.⁶ Os conhecimentos indispensáveis ao exercício da profissão eram organizados em apostilas e exercícios. Além da trigonometria, da geometria e da aritmética, os engenheiros também aprendiam outras disciplinas: planimetria; altimetria; longimetria; perspectiva; arquitetura (militar e civil); cartografia e diversos tipos de plantas e cartas; geografia; fortificação; artilharia; qualidade de materiais, enfim, disciplinas voltadas para conceber projetos, desde o desenho até a construção. As distâncias eram obtidas pelos cálculos de longimetria e altimetria, os desníveis do terreno pela planimetria, o volume dos corpos pela estereometria, e assim por diante.

A geometria prática ensinava a dividir e medir quantidades contínuas segundo a extensão, tais como o comprimento de uma linha (longimetria ou altimetria); a área de um plano (planimetria); o volume de um corpo sólido (estereotomia).

A longimetria ensinava, portanto a medir as distâncias e os comprimentos por meio de linhas retas, acessíveis ou inacessíveis, horizontais, verticais ou inclinadas. As linhas acessíveis correspondiam, por exemplo, à largura de um rio com margens visíveis de fácil acesso. Já as linhas inacessíveis eram aquelas apenas vistas de longe; por

⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Designio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2011, p. 103. Ao tratar da obra de Fortes, Bueno evidencia que ambas as publicações do engenheiro-mor foram escritas em caráter de tratado e seguiam os moldes franceses. “Consistem basicamente”, diz Beatriz Bueno, “numa síntese dos congêneres franceses”. De acordo com esta autora, “as convenções de representação estabelecidas por Azevedo Fortes não se originam em Portugal”, pois “fundamentou-se o engenheiro mor do reino nos principais tratados da Europa do mesmo tipo, sobretudo o célebre de Buchotte”. Vale ressaltar que muito do conteúdo da obra de Azevedo Fortes tem por intuito instruir os engenheiros em processo de formação sobre as melhores técnicas de desenho, descrevendo os melhores métodos e apontando o melhor tipo de material para cada natureza de desenho. O livro de Buchotte, *Les règles du dessin et du lavis pour les plans particuliers des ouvrages et des bâtimens...* (1722), serviu de base para compor toda a parte dedicada à estrutura do desenho na obra de Fortes. Diferentemente do desenho artístico, o desenho do engenheiro militar devia atender a designios específicos de seu *métier*, posto que esta era uma disciplina primariamente geométrica, voltada, sobretudo para a segurança e defesa do reino e suas conquistas.

exemplo, a distância entre os campanários de duas vilas ou a distância entre dois baluartes. A medição de comprimentos, alturas ou profundidades poderia ser feita de dois modos diferentes, com ou sem cálculo. A medição com cálculo valia-se da trigonometria, com o auxílio de um instrumento chamado círculo dimensório ou prancheta circular moderna. Os mesmos princípios e procedimentos são empregados ainda hoje nos levantamentos topográficos, com o auxílio do moderno teodolito. As linhas acessíveis, em distâncias curtas, podiam ser facilmente medidas com uma simples corda ou corrente. Fácil em terrenos planos e limpos, podemos imaginar quão penoso era empregar essa técnica em terrenos acidentados e cobertos de mata, sendo imprescindível a colaboração dos *picadores de mato*, parceiros dos engenheiros em suas jornadas.⁷

A excelência dos desenhos e o reconhecimento da importância do ofício e da “prática de engenharia” e arquitetura não podem ser compreendidos sem cotejarmos tal ciência à conjuntura política do Império Ultramarino português no início de século XVIII. “Os desenhos dos engenheiros militares”, diz Beatriz Bueno, “hoje seduzem pela beleza das cores e das aquarelas, mas eram artefatos pragmáticos, submetidos à razão de Estado”.⁸

Pintar, riscar, rezar

Havia duas formas de se tornar parte da família monástica beneditina, existiam, porém, centenas de motivos para fazê-lo, inclusive religiosos. As intenções que levaram frei Estevão às portas do mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro em 1721 desapareceram. Entretanto, as requisições feitas pelos religiosos sobreviveram nas palavras do abade Geral da Congregação Beneditina, Frei José de Santa Maria que informou em sua autorização para o pintor francês Estevão de Joassar entrar no noviciado, em 3 de setembro de 1721 que assim o fazia porque os beneditinos no Rio de Janeiro solicitaram alguém que fosse hábil na arte de pintar. Frei Estevão, que chegou ao Brasil com o governador Francisco Xavier da Távora em 1713, foi descrito como pintor perito e exercitado. Desconhece-se sua formação.⁹ Sua arte, ainda de acordo com o abade geral, deveria ser aplicada a serviço da religião e se acaso o frei assim não o fizesse, seria expulso da ordem.

A seleção para entrada no mosteiro também era ditada por necessidades de mão de obra na família monástica. De acordo com o historiador beneditino frei Clemente Maria da Silva Nigra o pintor cumpriu sua parte no acordo, realizando obras para os corredores do mosteiro. Sem assinaturas, são apenas atribuições da década

⁷ BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Designio*, *Op. cit.*, p. 103.

⁸ *Ibidem*, p. 28.

⁹ Embora também não aponte como se deu a formação de frei Estevão, sobre engenheiros e arquitetos entre os beneditinos, ver: LINS, Eugênia Ávila. *Arquitetura dos Mosteiros beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2002. 3v.

de 1950.¹⁰

No ano de 1738, frei Estevão não estava mais no Mosteiro do Rio de Janeiro, e sim no de Salvador como aponta a correspondência do vice-rei, André de Melo e Castro, Conde das Galvêas, em 4 de janeiro endereçada a Henrique Luís Pereira de Andrada, Governador de Pernambuco. Na carta, o beneditino é chamado de “grande engenheiro e grande riscador”, e sujeito capaz de substituir outros engenheiros, porque na “Baya todos procuram soldo de el Rey, mas nenhum ama seu serviço”. Bastava, segundo opinião, que o monge se livrasse dos embaraços de sua condição de religioso e seria excelente para as obras.

Para *riscar* e fazer *debuxos* de plantas de edificios era preciso que o engenheiro ou arquiteto tivesse conhecimento dos princípios básicos de geometria euclidiana; a saber identificar pontos, linhas (retas, equidistantes, paralelas, curvas, etc.), calcular ângulos (retos, agudos, obtusos), conhecer figuras (círculo, esferas, triângulos, quadriláteros, etc.) e superfícies (planas, côncavas, convexas, etc.). Para aplicar a geometria euclidiana era preciso também saber operar instrumentos matemáticos, como compassos, esquadros e réguas (fig. 1).

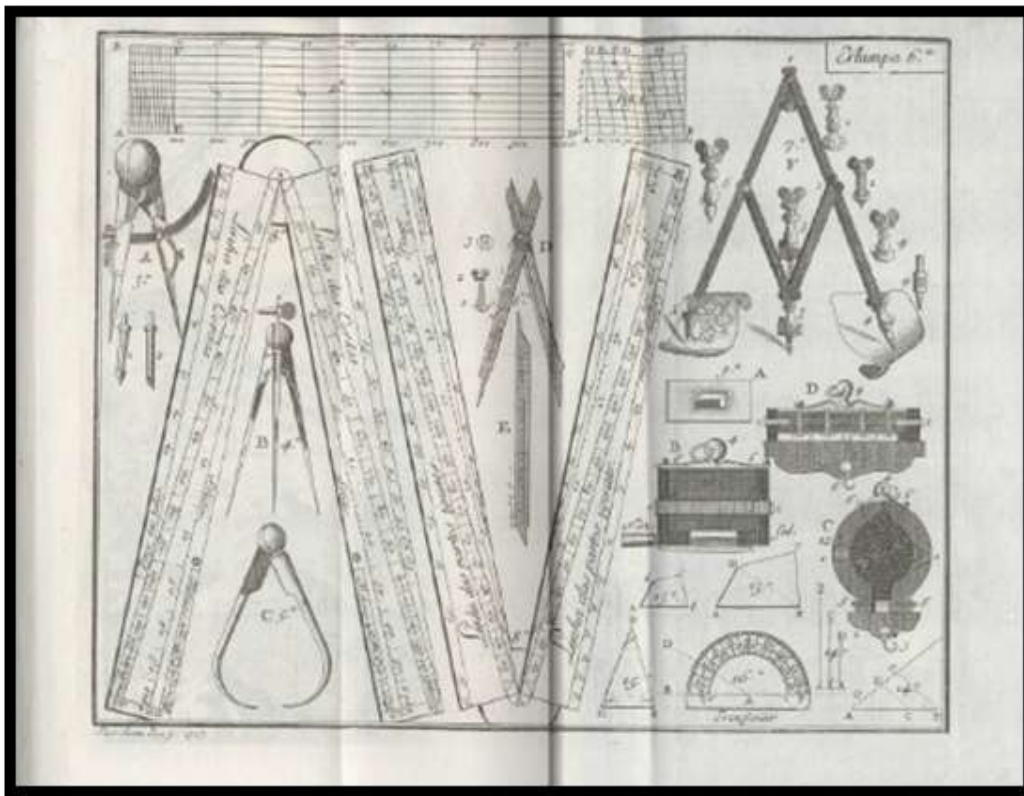


Figura 1. Manoel de Azevedo Fortes. O Engenheiro Portuguez. Tomo Primeiro, 1728.

Acompanhada da geometria prática, longimetria, planimetria e estereome-

¹⁰ SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Typografia Beneditina, 1950, p. 187-190.

tria; tornava-se possível a projeção e construção de edifícios militares, civis e religiosos, desenhos de cidade e também de levantamentos topográficos.¹¹ Sabemos que os beneditinos no Rio de Janeiro possuíam uma excelente biblioteca, e que esta tinha em suas prateleiras obras de tratadistas importantes no campo da arquitetura e da engenharia, como Luis Serrão Pimentel autor de “Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares”. Não admira que frei Estevão tenha feito uso de tal obra.

A serviço da governança, frei Estevão produziu imagens de significativas regiões do Brasil. Entendendo mapas e cartas como objetos representacionais específicos, produtos de uma ciência, é possível percebê-las, antes de qualquer coisa como imagens que possuem marcas de intencionalidade ao serem relacionadas às condições de suas produções. Isso significa, como salienta o historiador da arte Michael Baxandall, que “lidamos com um objeto que foi produzido de modo intencional e não como subproduto documental de uma atividade”.¹² Nesse sentido é necessário destacar que não operamos com as fontes no intuito apenas de recolher informações ou para concluir demonstrações de modelos. A questão aqui proposta, recorrendo aos circuitos do conhecimento, é analisar de que formas foram desenvolvidas soluções mediante constrangimentos necessários as obras coloniais, incluindo o problema de arregimentação para defesa das cidades e vilas. A defesa das cidades era, de fato, de grande importância.

A fortificação deveria ser pensada e avaliada. Como saber qual se ajusta melhor ao *sítio*? Como preparar os materiais para a construção de um forte? Disse o também engenheiro e arquiteto, o P.^e Luiz Gonzaga em suas aulas compiladas disponíveis na Biblioteca da Ajuda:

O agente é o Engenheiro, por cuja inteligência, experiência, cuidado, e fidelidade se obra tudo o que na fábrica se põe; a Matéria é a pedra, cal, madeiras, terras em que se faz tudo aquilo que o engenheiro manda obrar forma é aquela que o engenheiro lhe dá naquela figura, que melhor se ajusta no sítio fazendo o forte em suas defensas; fim é aquele que o príncipe lhe manda fazer, o qual ou pode ser universal, ou particular. O Universal fim das praças é a observação da liberdade, e vida de seus defensores, o particular é a defesa ou do sítio em que se faz a praça, ou a conservação, e guarda de alguma Província, Estado, ou Cidade.¹³

A habilidade do engenheiro e arquiteto era, sobretudo, adequar a melhor fortificação – formato, aparência, materiais etc. – ao melhor terreno. O lema “*Quid*

¹¹ BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Designio*, *Op. cit.*, p. 149.

¹² BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: A explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 47.

¹³ Segundo Luiza Nascimento de Oliveira o livro “*Exame Militar (1703)*”, do jesuíta Luiz Gonzaga, “começa com a afirmação de que o ensino dessa ciência serve para a proteção do estado e seu príncipe. O engenheiro deve ser perito na escolha do lugar de edificação das fortalezas”. Ver OLIVEIRA, Luiza Nascimento de. “A ciência de fortificação: circulação das técnicas para a defesa e a representação do poder na América Colonial”. In: *Anais do SNHCT*, Salvador, 2010.

Tum” de Leon Battista Alberti é citado por Franco Farinelli:

Um olho com asas, completamente separado, desvinculado do resto do corpo e que voa por conta própria. Como em todo emblema do Renascimento, o de Alberti também traz um lema sob o símbolo, que nesse caso diz: “Quid tum”. É uma interrogação que pode ser traduzida como: e então, e agora? E quer dizer: em que o mundo se transforma agora, se um dos cinco sentidos, a visão, torna-se autônoma e não é mais obrigada a concordar com os outros quatro?¹⁴

É o ganho de autonomia da visão que permite à cartografia adquirir tanto valor no âmbito político. Os cartógrafos de gabinete, em sua grande maioria, faziam os mapas sem nunca terem pisado na terra representada. Anteriormente alguém já havia visto, relatado e registrado. A ciência do desenho possui muito dessa característica até o fim da primeira metade do século XVIII.

Plantas, cartas, mapas

Foram localizadas, todas no Arquivo Histórico do Exército, apenas três obras realizadas por frei Estevão: “Mapa topográfico da Ilha Grande e da Ilha da Marambaya” (Fig. 2), sem datação, “Planta da Nova Colônia do Sacramento” de 1737 (Fig. 3) e uma “Carta Corográfica do Grande Rio de Paraguay e vulgarmente o Rio da Prata” de 1739 (Fig. 4). Não há uma uniformização nas representações, existem distintas distribuições dos elementos constitutivos. Constante é apenas a assinatura do monge, denotando sua preocupação em salientar a “autoria” dos manuscritos.

No mapa topográfico da Ilha Grande e da Marambaya o religioso informa que o concebeu pelas notícias das sondas dos melhores práticos, ou seja, pelos dados colhidos por peritos homens do mar que lançavam a corda na medição da “qualidade da paragem”. Em comparação com a carta realizada pelo padre Diogo Soares em 1737, é possível perceber que a preocupação do beneditino era mesmo com os locais em que fosse possível fundear, como indicam as diversas ancoras espalhadas ao redor da Ilha Grande, na enseada da Estrela, no Seio de Abrão e na Ilha de Jorge Grego. Também é perceptível que sua rosa dos ventos é muito mais minudenciada do que a do padre matemático. Ao focar em uma região mais específica da costa, seu detalhamento das características físicas com o conhecimento apurado da toponímia, as distâncias minuciosamente colocadas entre cada ilha e vila apontam para intencionalidade de demonstração de um conhecimento metucioso da região.

¹⁴ FARINELLI, Franco. *A invenção da terra*. São Paulo: Editora Phoebus, 2012, p. 72-73.



Figura 2. Mapa Topográfico da Ilha Grande e da Ilha de Marambaia, sem data. AHEX-Mapoteca. 70cm x 45cm.

O formato da Ilha Grande também apresenta diferença em relação ao descrito pelo padre Diogo, pois Frei Estevão a desenhou salientando as reentrâncias de suas baías, sendo o continente também melhor delineado. Além disto, é destacável sua preocupação em detalhar as diversas ilhotas entre a Ilha Grande e o continente. O detalhamento da Ilha e estes outros acidentes seriam acréscimos realizados pelo beneditino a partir do mapa do padre Diogo, acertos que frei Estevão realizava e que foram tão elogiados nas missivas dos governantes? Sem conhecermos a exata datação da carta não há como dizê-lo. Entretanto, pode-se afirmar com certeza que foi realizada em circunstância na qual a segurança da capitania era algo de suma importância aos projetos imperiais, como atestam as pesquisas de Maria Fernanda Bicalho, que destaca, inclusive, várias investidas de corsários estrangeiros a região.¹⁵ Aliás, é preciso salientar que não nos parece apenas coincidência um francês com habilidades para desenhos aportar no Rio de Janeiro junto ao governante que tinha como missão primeira a defesa da capitania. Desenho era considerado ciência fundamental para obras de defesa e conhecimento dos terrenos como assinalam Beatriz Piccolotto e Junia Furtado em recentes publicações.¹⁶ Para estas autoras, traços, linhas e curvas eram aplicações dessa ciência, porém carregadas de intencionalidades e interesses geopolíticos. Como ressaltou Bueno,

o desenho participa de diversas etapas do processo construtivo: ao escolher o sítio, levantá-lo, adaptar-lhe uma construção e nele traçar

¹⁵ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império – O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁶ BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Designio, Op. cit.* FURTADO, Júnia. *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

a área do futuro edifício ou cidade; na disposição, hierarquização, modulação e dimensionamento das partes da obra; no estabelecimento de normas compositivas e volumétricas de raiz proporcional, às quais estavam submetidos a Arquitetura (militar, civil e religiosa) e o Urbanismo; em todos esses momentos, o *desenho* esteve presente.¹⁷

Foi por conta do problema da defesa que frei Estevão realizou a Planta da Nova Colônia do Sacramento, onde provou que seus conhecimentos podiam servir muito além dos muros do mosteiro. Percebe-se que o beneditino incluiu uma mudança na fortificação que foi projetada anteriormente pelo brigadeiro José da Sylva Paes no ano de 1736 e chamou-a de “obra desenhada de novo”. Trata-se de um ângulo para acomodação ao terreno. São os ajustes nas obras que o vice-rei salientou como sendo uma habilidade do religioso. Este manuscrito aponta a atuação do monge em matéria de segurança nas franjas do Império português. Entre 1735 e 1737 a região descrita na planta encontrava-se sob cerco castelhano.¹⁸ Era, portanto, um desenho estratégico para o mínimo entendimento das defesas em uma região fronteira. O vice-rei cita mapas do porto do Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina e Rio da Prata como provas da habilidade do monge que foram enviadas ao Rei. Regiões que interessavam imensamente a Coroa Portuguesa por conta das disputas territoriais com os espanhóis.



Figura 3. Planta da Nova Colônia do Sacramento. 1737. AHEx-Mapoteca. 72 cm x 51 cm.

Só é possível entender as intencionalidades dos registros deixados pelo religioso se os inserirmos em uma perspectiva mais ampla, em um panorama das tensões imperiais e da geopolítica iluminista, pois como definiu Junia Furtado: “mapas se

¹⁷ BUENO, Beatriz P. S. *Desenho e Designio*, *Op. cit.*, p. 49.

¹⁸ POSSAMAI, Paulo César. As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737. *Revista Navigator*. v. 8. n. 15, dossiê 6, p. 62-74, 2012.

tornavam uma arma política na negociação de fronteiras”.¹⁹ A “Carta Corográfica do Rio de Paraguay” apresenta um detalhamento semelhante ao que realizou no mapa da Ilha Grande, com um número significativo de indicações toponímicas e medições das sondas. Por seu conhecimento detalhado da região poder-se-ia afirmar que esteve presente nos diversos rios que traça. Entretanto, tal carta foi feita bem distante do palco fundamental para o escoamento da prata. Foi realizada em algum recinto sossegado do Mosteiro de São Bento da Bahia, como bem salienta a inscrição próxima a sua assinatura.

Em que pese ser comum a inserção de explicações de posicionamentos nos mapas setecentistas, neste, frei Estevão foi mais metuculoso do que a maioria dos engenheiros e cartógrafos. No cartucho ficou registrado como foi possível produzir a carta estando tão distante do Rio Paraguai. É citado o botânico e matemático que entre outras anotações, descreveu um monstro, mistura de ciclope com centauro, que habitava Buenos Aires. Mas não era esse o interesse de frei Estevão, preocupado que estava com precisões cartográficas. Faz referência as medições latitudinais e longitudinais realizadas pelo padre francês *Louis Éconches Feuillée* (1660-1732) em Buenos Aires e Montevideu entre agosto e outubro de 1708, devidamente registradas no primeiro tomo do *Journal des observations physiques, mathematiques et botaniques*, publicação de 1714. Sobre as medidas longitudinais, frei Estevão anotou que não puderam ser realizadas por observações astronômicas, sendo, portanto determinadas por estimacão. De outra fonte, que não foi possível ser identificada por conta do estado da carta, cita a observacão da latitude da Nova Colônia do Sacramento realizada em 1731, mesmo ano em que o padre Diogo Soares produziu sua carta da região.



Figura 4. Carta Corográfica do Grande Rio de Paraguay e vulgarmente o Rio da Prata na América Austral e Portuguesa. 1739. AHEX-Mapoteca. Dimensão: 78 x 61 cm.

¹⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista, Op. cit.*, p. 506.

Utiliza também, para as medições de sonda, as “notas manuscritas de um piloto estrangeiro” aprovado e com experiência em navegação na área. Para a Terra da Missão, usou um “manuscrito fidedigno”, como o denominou. Por último, cita os dados obtidos pelo Brigadeiro José da Silva Paes (1679-1760) “na expedição que fez a Nova Colônia sitiada pelos castelhanos”. Silva Paes seguia as instruções do governador Gomes Freire de Andrada e sua expedição culminou na fundação do forte Jesus Maria José em fevereiro de 1737. Frei Estevão, indicando as possessões, arrematou com um brasão da coroa portuguesa, assim como o fez o padre Diogo na citada carta de 1731. Todos estes elementos ultrapassam as intenções representativas que comumente possuem estes manuscritos. Em circunstância de tensão entre as coroas ibéricas, foram ali postos para persuadir.

Inculcar, obrar, acertar

Observações e correções feitas pelo monge sobre desenhos executados por outros são sempre salientadas nas correspondências do vice-rei, como a que enviou ao engenheiro Antônio de Brito em 24 de fevereiro de 1739, onde afirmou que as plantas da Ilha de Fernando de Noronha deveriam ser revistas por frei Estevão já que “eram pouco exatas e totalmente defeituosas” ou na carta ao governador de Pernambuco em 6 de fevereiro de 1742, quando asseverou que frei Estevão delineou outra fortificação para Recife “mais acomodada ao terreno” em comparação ao desenho deixado pelo engenheiro militar João Massé. Nas correspondências sobressaem-se expressões que comprovam que o monge era tido como perito em resolver problemas nas obras e em comunicar as situações das mesmas: “emendar-lhe algum defeito”, “reduzir a maior perfeição” e “me persuado da necessidade de obra maior que considerava a principio”.

O monge foi também, em 1742, designado para o traçado de duas pontes e um dique em Recife, e em setembro de 1744 solicitado para examinar obras de fortificação na Paraíba,²⁰ e, em 21 de abril de 1745, indicado pelo Conselho Ultramarino para auxiliar nas demarcações dos limites dos novos bispados, entre os conselheiros, encontrava-se Alexandre de Gusmão que bem entendia das razões de posse. Frei Estevão atuou como um guia em matéria de demarcações, fortificações e outras obras. Sua reputação deve muito aos elogios do vice-rei, que em 1738 encomendou que Martinho de Mendonça levasse para corte desenhos e plantas realizados pelo religioso com a intenção de que o rei o pudesse ajudar com alguma pensão para a compra de tintas e papéis. Em 18 de abril de 1739, Antonio Guedes Pereira informou ao vice-rei que sua majestade recebeu os mapas e concordou com a pensão, pois os

²⁰ AHU-Pernambuco. Caixa 60. Doc. 5173. Recife, 26 de setembro de 1744. Carta do governador da capitania de Pernambuco Henrique Luís Pereira Freire de Andrada ao rei D. João V, sobre enviar o frei Estevão do Loreto à Paraíba a fim de examinar as obras que precisam ser feitas na fortificação daquela praça.

desenhos “estão executados em tão boa forma que justificam bem as informações que vexa. tem dado da capacidade de seu autor”. Escrevendo ao governador de Pernambuco em 20 de novembro de 1741 o vice-rei respondeu que frei Estevão acertou nas obras e arrematou: “o que me deixa com a vaidade de que não desacertei na inculca que fiz dele Sua Majestade para que lhe fizesse a honra de o admitir ao seu real serviço”.

“Inculcar”, “representar o préstimo” como define Bluteau, era ação fundamental ao bom governo, e as obras em um sentido amplo geravam oportunidades para tal prática.²¹ Para melhor entendimento sobre as relações entre o exercício de “inculcar” e as cartas, recorremos ao *Tratado do modo o mais fácil, e o mais exacto de fazer as cartas geográficas*, obra de 1722 do engenheiro-mor do Reino Manuel Azevedo Fortes:

Sendo tão necessárias as cartas geográficas para a inteligência das histórias sagradas e profanas, e tão importante o conhecimento dos terrenos para as expedições militares não é indigna a sua notícia da Real proteção de vossa majestade: antes lhe servirá de immortal gloria inspirando nos ânimos dos seus vassalos, e especialmente a nobreza de seu reino.²²

Nesse sentido, as cartas geográficas são imagens que compilam saberes. Importantes ferramentas aos jogos de reputação, pois eram usadas, também, como provas de habilidade. Cabe lembrar que “ser conhecido e reconhecido também significa deter o poder de reconhecer, consagrar, dizer, com sucesso, o que merece ser conhecido e reconhecido”.²³ As imagens deixadas por frei Estevão e o registro epistolar de sua atuação fazem refletir sobre estratégias no espaço colonial, práticas de reconhecimento, no período da “febre cartográfica” como o chamou Júnia Furtado.

O crescente interesse geopolítico pela cartografia e fomento da coroa no reinado de D. João V para que se renovassem as ciências correspondia a um anseio antigo: determinar as verdadeiras dimensões e potencialidades do reino e de suas conquistas. Porém, como podemos, nós historiadores, vislumbrar esse avanço sem tratar do caráter plural dos homens que dominavam esses saberes?

Azevedo Fortes, complexifica os ofícios e atributos: “os engenheiros não são pintores, nem o devem ser, porque a aplicação do debuxo os faz menos hábeis para a especulação (razão porque os príncipes dão aos engenheiros desenhadores)”.²⁴ Frei Estevão, pintor como se definiu e foi reconhecido pelos monges, foi também denominado engenheiro e mesmo arquiteto, fora dos claustros. Nada estranho. Pois indefinição dos ofícios é uma característica no Antigo Regime, como bem lembra Beatriz Piccolotto. Entretanto, a atuação de frei Estevão coloca em xeque a afirmação de

²¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. v. 4, p. 99.

²² FORTES, Manoel de Azevedo. *Tratado do modo mais fácil*, *Op. cit.*, p. 4.

²³ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 296.

²⁴ FORTES, Manoel de Azevedo. *Tratado do modo mais fácil*, *Op. cit.*, p. 4.

Fortes, pois, sendo também pintor, não foi considerado menos hábil para especulação, muito pelo contrário.

Conclusão: olhar, ouvir, governar

Pelo menos desde o século XVI, corografia e topografia são comparadas aos atos de ver e ouvir, como notado em *Cosmographicus Liber*, do cosmógrafo e matemático germânico Petrus Apianus. Portanto, eram saberes fundamentais para o governo a distância, que tanto necessitava de olhos e ouvidos nas regiões mais fronteiriças do Império. Sobre governo distante e seus dispositivos, Ronald Raminelli destaca que “mapas expressam, portanto, projetos de centralização do poder, de construção de um centro e várias periferias. Eram ainda meios de expandir fronteiras, ampliar o comércio, controlar povos e negociar com impérios rivais”.²⁵ Os conhecimentos geográficos desse espaço ultramarino em expansão ampliavam-se com a constante realização de mapas topográficos. O desenho e a escala – convencionada como uma dimensão simbólica – projetavam sobre o papel imagens que eram consideradas representações do real. Pelos mapas, os impérios ultramarinos evocavam a posse de seus domínios.

Embaixadores e administradores no reino necessitavam do auxílio de cartógrafo-mor e engenheiros militares como agentes relevantes em suas redes. No Brasil, o citado vice-rei, por sua vez, recorria a um monge que não era o epicentro de uma rede, tampouco um dos principais cartógrafos ou tratadistas do Império e não fazia parte de nenhuma missão estrangeira com um amplo projeto cartográfico. Contudo, sua atuação e seus manuscritos apontam a relevância do estudo de sujeitos que estabeleciam importantes canais de comunicação entre os governantes no império português. Mediadores que persuadiam através de papéis e tintas. É necessário lançar foco em tais agentes e seus manuscritos para se obter uma configuração mais complexa da teia administrativa e de sua afinidade com a produção do conhecimento colonial, entendendo que “intenção não é um estado de espírito, mas uma relação entre o objeto e suas circunstâncias”.²⁶ Eles produziram imagens que não fazem parte de um cânone.

Nessa lógica, são também relevantes os projetos rescindidos. Eles são tão significativos quanto os que foram materializados, pois expõem lógicas de ofícios e estratégias de arregimentação, aspectos indispensáveis ao estudo das condições de produção de obras coloniais. Riscando papéis inventavam-se os espaços.

Artigo recebido em 8 de outubro de 2015.

Aprovado em 23 de abril de 2016.

²⁵ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008, p. 30.

²⁶ BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção*, *Op. cit.*, p. 81.